



Universidade de Brasília – UnB  
Instituto de Ciências Humanas - IH  
Departamento de História – HIS

**A obrigatoriedade da vacina contra a varíola em 1904: Uma ameaça à  
liberdade individual**

Alex da Silva Sousa

Brasília, 2019.

ALEX DA SILVA SOUSA

**A obrigatoriedade da vacina contra a varíola em 1904: Uma ameaça à liberdade individual**

Trabalho de conclusão de curso apresentada ao Departamento de História do Instituto de Ciências Humanas da Universidade de Brasília como requisito parcial para a obtenção do grau de licenciado/bacharel em História.

Orientador: Prof. Dr. Mateus Gamba Torres.

Banca Examinadora

---

Prof. Dr. Mateus Gamba Torres

(Orientador)

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Albene Miriam Menezes Klemi

---

Prof. Dr. Carlos Eduardo Vidigal

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço aos meus pais, Terezinha Sousa e José Félix, ao meu irmão, Anderson Sousa e as minhas irmãs Rafaela Hermínio e Rose Elaine pelo apoio durante esta jornada e também pela oportunidade que me deram para que eu pudesse realizar meu sonho de estudar na Universidade de Brasília.

Agradeço ao meu orientador Mateus Gamba Torres pelo apoio, prestatividade e dedicação que teve durante o projeto de extensão e na orientação para a realização deste trabalho.

Não poderia deixar de citar a importância que meus amigos Amanda Jácome e Evaldo Oliveira tiveram nessa jornada, na verdade, que começou bem antes quando ainda estudávamos diariamente para o vestibular. Além deles, agradeço ao meu grande e querido amigo, Wédylon Rabelo por ser uma das pessoas mais incríveis que eu já conheci e por ter feito parte de toda a minha história. Agradeço aos meus amigos Amanda Sarmiento, Beatriz de Carvalho e Matheus Barroso por nossas conversas, experiências e companheirismo durante nossa graduação.

Por fim, a Comissão de Anistia, onde tive o prazer de estagiar por mais de dois anos e tive a oportunidade de crescer enquanto pessoa e estudante. Além disso, fica aqui o meu agradecimento em especial ao meu querido chefe Vicente Rafael de Barros, por todo apoio e dedicação que teve comigo desde o início.

Alex Sousa.

## RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo analisar a forma que o *Correio da Manhã*, um dos principais jornais de oposição ao governo federal em 1904, abordava a obrigatoriedade da vacina contra a varíola, associada a violação de liberdades e direitos. Além disso, será exposto as reformas de urbanização e modernização na cidade do Rio de Janeiro, que eram objetivos dos programas de governo do presidente Rodrigues Alves. Será levado em consideração as habitações coletivas e a vida da população mais pobre que morava em cortiços. Por fim, o trabalho será voltado propriamente a análise da violação de liberdades e direitos e a Revolta da Vacina em 1904.

**Palavras-chave:** Habitações Coletivas. Revolta da Vacina. *Correio da Manhã*. Liberdade.

## SUMÁRIO

Introdução	05
Capítulo 1. Um projeto de modernização para a capital	10
1.1 As habitações coletivas	10
1.2 As reformas urbanísticas no Rio de Janeiro	14
1.3 O Bota-abaixo do prefeito Passos	16
Capítulo 2. A Revolta da Vacina	20
2.1 O <i>Correio da Manhã</i>	20
2.2 A vacina contra a varíola e sua obrigatoriedade	22
2.3 O “código de torturas”	26
2.4 Os dias de revolta	33
Considerações Finais	39
Fontes	41
Referências Bibliográficas	42

## INTRODUÇÃO

No início do século XX, em 1904, o Rio de Janeiro foi cenário de uma grande revolta popular motivada a partir do descontentamento da população em relação às medidas adotadas pelo presidente Rodrigues Alves e pelo prefeito Pereira Passos. Em razão disso, a então capital do país, transformou-se em local de combate entre civis e militares por uma semana.

Neste período, a estrutura urbanística do Rio de Janeiro estava “atrasada” em comparação às cidades europeias. Jaime Benchimol (1990) alega que para que a cidade pudesse se tornar “moderna, higiênica e civilizada” era preciso demolir os cortiços, prédios antigos e ampliar ruas e avenidas. Dessa forma, seria possível que a cidade atingisse o mesmo nível de desenvolvimento urbanístico das grandes metrópoles da Europa, vistas como ícones a serem seguidas.

Sendo assim, as autoridades planejaram modernizar a cidade mudando sua estrutura urbanística, para que novos prédios, ruas e praças substituíssem antigas construções, que não estavam mais de acordo com os padrões da época. Além disso, com essas reformas havia a pretensão do presidente em realizar uma de suas prioridades que era o saneamento do Rio de Janeiro (BENCHIMOL, 2003).

O carioca Francisco Pereira Passos, indicado a prefeitura do Distrito Federal por Rodrigues Alves, ficou responsável pelas obras de infraestrutura e modernização da cidade. Ele era engenheiro de formação e havia frequentado cursos relacionados a área na França. Além disso, durante o período em que esteve fora, presenciou as reformas urbanísticas de Paris promovidas por Georges-Eugène Haussmann (BENCHIMOL, 2003). Desta maneira, ao retornar ao Brasil, Pereira Passos trabalhou em grandes obras e construções e logo foi nomeado como engenheiro do Ministério do Império. Dessa forma, tinha a visão do que era preciso realizar na cidade para que ela alcançasse os padrões burgueses pretendidos.

Os problemas de urbanização e infraestrutura acabaram por agravar algumas doenças que estavam crescendo entre a população do Distrito Federal. Em 1904, havia o surto e epidemia de três doenças: peste bubônica, febre amarela e varíola<sup>1</sup>. Tendo em vista a forma

---

<sup>1</sup> No século XX, havia o surto de três doenças: Febre amarela, peste bubônica e varíola. As duas primeiras são transmitidas por vetores, responsáveis por levar a doença até um indivíduo. Assim, era necessário o combate

de disseminação dessas doenças, os projetos desenvolvidos pelo governo poderiam contribuir na contenção dessas doenças a partir do tratamento de água, esgoto e coleta do lixo, por exemplo. De acordo com Sérgio Pechman e Lilian Fritsch (1984), os discursos do presidente no Congresso previam investimentos no abastecimento de água, rede de esgoto, drenagem do solo e limpeza pública. Assim, os projetos de urbanização e infraestrutura apresentados por Rodrigues Alves poderiam ajudar na eliminação ou contenção dessas doenças.

A execução dos projetos das obras começou no centro da cidade, onde havia inúmeros casarões divididos em pequenas unidades para que famílias inteiras pudessem morar. Essas residências, chamadas de cortiços, não contavam com muito conforto, ventilação, higiene ou espaço (Benchimol, 2003). Além disso, os prédios antigos, as ruas pequenas e sujas, por onde passavam várias pessoas, não contavam com saneamento básico. Esses fatores foram relevantes na proliferação de pestes e doenças que assolaram a população.

De acordo com o pesquisador e professor Jaime Larry Benchimol (2003), havia a ganância dos proprietários dos casarões que especulavam as pessoas por pequenas divisões úmidas, sem ar ou luz. Enquanto isso, os higienistas criticavam a situação precária da população que vivia nessas condições. Assim, o autor descreve a cidade como um lugar onde

corpos eram enterrados nas igrejas, animais mortos eram atirados às ruas; por todos os lados havia monturos de lixo e valas a céu aberto; matadouros, açougues, mercados eram perigosos tanto do ponto de vista da integridade dos alimentos como por serem potenciais corruptores do ar; fábricas hospitalares e prisões igualavam-se na ausência de regras higiênicas (...) (BENCHIMOL, 2003, p. 222).

O projeto do prefeito Pereira Passos para a resolução desses problemas não foi bem visto, principalmente pela população mais pobre que morava no centro, tendo em vista que seriam os principais afetados, de forma negativa, pelas reformas. Pois, para que a cidade pudesse se modernizar era preciso a destruição de inúmeros prédios onde essas pessoas moravam. Famílias inteiras tiveram que se mudar para bairros mais afastados do centro, muitos precisaram morar em morros ou próximo a eles. Assim, os antigos prédios vistos como foco de doenças deram espaço, mesmo que de maneira truculenta, a edifícios novos e modernos (Rio de Janeiro, Secretaria Especial de Comunicação Social, 2006). Por diversas vezes, esse

---

direto aos vetores, que podem ser mosquitos, insetos ou ratos. (MEIHLY, J. C. S.; BERTOLLI FILHO, 1995) Porém, a varíola é uma doença causada por um vírus que se dissemina pelo ar. Assim, para combatê-la foi preciso vacinar e revacinar a população em sua grande maioria (HOCHMAN, 2011).

programa do governo foi visto como higienista, pois a população pobre foi deslocada para a periferia enquanto a cidade se encaixava em padrões burgueses europeus.

Neste contexto, surgiu a expressão “bota-abaixo”, fazendo referência a forma violenta em que se desenvolvia o conjunto de obras do prefeito. Com as derrubadas e as novas construções pretendia-se colocar fim a situação precária em que a cidade e a população se encontravam. Mas, por outro lado, as medidas podem ser vistas como insuficientes, pois, os antigos moradores foram expulsos para locais mais distantes, onde também não havia urbanização. Além disso, havia outro fator importante a ser destacado. De acordo com Benchimol (2003), as mudanças não estavam ocorrendo somente no âmbito das reformas físicas, de acordo com ele, existia a pretensão de acabar com velhos hábitos que já não eram mais compatíveis com os ideais modernos, por exemplo, a forma de trabalhar, alguns costumes e o lazer. Ademais, para Sevckenko (2008), o objetivo disso era mais complexo, era a tentativa de eliminar o excedente humano potencialmente turbulento, de acordo com as autoridades.

Como já foi dito, as formas precárias em que parte da população vivia era um fator determinante na proliferação de inúmeras doenças. Em razão disso, o governo adotou medidas na tentativa de solucionar esses problemas. Então, além das reformas físicas, o governo viu-se obrigado a pensar em medidas rápidas e efetivas para pôr fim nas epidemias que assolavam a cidade.

Na tentativa de solucionar os problemas de saúde, foi criada a Diretoria Geral de Saúde Pública (DGSP). O objetivo dessa nova diretoria era acabar com a peste bubônica, febre amarela e varíola, tendo em vista que o número de vítimas dessas doenças não parava de crescer (BENCHIMOL, 2003). A chefia da DGSP, ficou sob a responsabilidade de Oswaldo Cruz. Este, tornou-se extremamente conhecido pelas medidas adotadas na intenção de acabar com as epidemias. O médico e sanitarista Oswaldo Cruz, foi o responsável por apresentar ao Congresso o projeto de lei que obrigava a vacinação e revacinação contra a varíola em todo o país.

A lei foi extremamente criticada em razão da sua obrigatoriedade e de sua aplicabilidade. O projeto violava os direitos de liberdade das pessoas, impunha consequências graves caso alguém se negasse a ser vacinado. Ademais, a sua aplicação, que expunha parte dos corpos, podia ser entendida como assédio, tendo em vista a mentalidade das pessoas da época. De acordo com Sevckenko (2018), o objetivo da vacinação em massa contra a varíola tinha o intuito de ser rápida e eficaz, porém “não havia qualquer preocupação com a preparação psicológica da população, de quem só se exigia a submissão incondicional. Essa insensibilidade

política e tecnocrática foi fatal para a lei da vacina obrigatória”. (SEVCENKO, 2018, p. 26). Em razão disso, o projeto de lei, por sua vez, causou enorme repercussão entre a população, deputados, senadores e nos jornais brasileiros.

Em circunstância da violência e obrigatoriedade da vacinação, em março de 1904, surgiu no jornal *Correio da Manhã* a expressão “código de torturas” para designar o projeto de Oswaldo Cruz (Rio de Janeiro, Secretaria Especial de Comunicação Social, 2006). Assim, percebe-se a visão que se tinha do projeto elaborado por Cruz.

Esses fatores levaram a conhecida Revolta da Vacina (1904), um movimento popular contra as medidas autoritárias que foram adotadas pelas autoridades. Os confrontos diretos ficaram entre civis e militares se desdobraram em uma semana e tiveram grandes repercussões até o governo decidir pela revogação da lei e decretar estado de sítio.

Os jornais tiveram papel fundamental na abordagem dos projetos de urbanização e de vacinação, expondo opiniões contrárias ou de apoio aos projetos. Em relação a vacinação obrigatória, o jornal *Correio da Manhã* foi o mais preciso em suas críticas abertas a obrigatoriedade, tendo em vista que ele fazia oposição ao governo. Em seus discursos, abordou durante meses o decorrer dos projetos do Pereira Passos e Oswaldo Cruz. Enquanto isso, *A Notícia* e *Jornal do Commercio*, *O Paiz* mantinham opiniões divergentes (Rio de Janeiro, Secretaria Especial de Comunicação Social, 2006).

Sendo assim, entendendo a função e o caráter político do jornal, o *Correio da Manhã* será analisado neste trabalho sendo uma representação de sua época. Foi escolhido este jornal justamente pelo seu caráter de oposição ao governo. Será abordado e analisado os discursos reproduzidos pela imprensa no segundo semestre de 1904. As edições estão todas digitalizadas e disponíveis na Hemeroteca Digital Brasileira<sup>2</sup>. Serão utilizadas onze reportagens que dialogam a respeito de violação de liberdade e direitos, a obrigatoriedade da vacina e a censura imposta ao jornal.

Para a análise do *Correio da Manhã* e outros jornais será utilizada a metodologia proposta por Tânia Regina de Luca, que chama a atenção para fatores como a materialidade dos impressos, a historização da fonte e a função social dos jornais. Além disso, aborda sobre as posições políticas da imprensa, seus redatores e proprietários, público alvo, objetivos e como as notícias aparecem no jornal, será utilizada charges juntamente com as fontes. Para a análise

---

<sup>2</sup> Hemeroteca Digital. Disponível em: < <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>>.

do discurso, será abordado Foucault (1996). De acordo com ele, os discursos estão relacionados ao poder - eles são produzidos, selecionados e controlados, como também são objetos de desejos. Para ele, palavras e coisas estão conectadas de maneira complexa, pois é uma relação histórica e está carregada de construções e interpretações.

O trabalho será dividido em duas partes. O primeiro capítulo, intitulado de “um projeto de modernização para a capital”, apresentará as habitações coletivas, as reformas urbanísticas e de infraestrutura e o projeto “bota-abaixo” do prefeito Passos. Para isso, será abordado o trabalho da arquiteta e urbanista Lilian Fessler Vaz (2002).

No segundo capítulo, “A Revolta da Vacina” será debatido, em primeiro lugar, sobre o papel da imprensa, sua importância, os cuidados que se deve ter em trabalhar com esse tipo de fonte. Para isso, será utilizado os trabalhos produzidos por Nelson Werneck Sodré (1983) e Tânia Regina de Luca (2004). Em seguida, o foco será no trabalho com as fontes, o *Correio da Manhã*, a fim de entender como o jornal abordava as questões de viola o de liberdades e direitos e a obrigatoriedade da vacina. Nessa parte, além da utiliza o dos textos do jornal, será abordada algumas charges para explicar outros meios de divulga o das críticas ao governo. Por fim, será abordada a Revolta da Vacina, seu desenvolvimento e desfecho. No capítulo em questão, conta com um debate historiográfico de autores como José Murilo de Carvalho (1987), Sidney Chalhoub (2017), Nicolau Sevcenko (2018) e Nelson Werneck Sodré (1983).

## **CAPÍTULO I - Um projeto de modernização para a capital**

### **1.1 - As habitações coletivas**

A história do Brasil nos finais do século XIX e início do século XX foi marcada por diversas transformações políticas, sociais e econômicas. O advento da República, o trabalho assalariado baseado no sistema capitalista e os modos de vida da população podem ser vistos como mudanças de grande peso para aquela sociedade. E, a capital do país da época, o Rio de Janeiro, pode ser entendido como um símbolo dessas mudanças.

De acordo com Vaz (2002), o desenvolvimento da revolução industrial, a partir do surgimento de fábricas e de novos serviços públicos, contribuiu para o aumento demográfico, sendo este um importante fator responsável pelas transformações nas moradias da população. Porém, o crescimento urbano vertiginoso não se deu em paralelo com o aumento de casas e residências, o que causou uma crise de habitação.

A partir disso, surgem as habitações coletivas na tentativa de atender principalmente a população que trabalhava no centro e não possuía grande fortuna para arcar com os caros aluguéis. De acordo com Vaz (2002), a legislação definia essas habitações como edifício, ou partes de um, que servia como moradia permanente a várias famílias. Assim, houve “a necessidade de moradias baratas para o crescente contingente de trabalhadores que precisava se estabelecer junto ao centro para garantir sua sobrevivência no dia a dia” (VAZ, 2002, p. 28). Porém, em contraposição, o historiador Sidney Chalhoub (2017), alega que esse tipo de moradia coletiva surge um pouco antes, por volta de 1850 e 1860, devido ao aumento das alforrias e o crescente fluxo de imigrantes portugueses.

A cidade e o modo de vida da população experimentaram das grandes mudanças nas moradias algo que até então não era muito comum: a coletivização de espaços privados ou públicos em decorrência do crescimento da população. Desta maneira, a partir da

Revolução Industrial a cidade se transformou no principal habitat humano. O aumento e a concentração demográfica se fizeram patentes através das edificações, em particular das habitações. À medida que novos contingentes de população afluíram e se aglomeraram na cidade, a habitação atravessou profundas modificações. Devido a aglomeração na habitação, esta passou a se coletivizar e a se concentrar em grupos. A habitação coletiva ou multifamiliar

tornou-se aos poucos em importante padrão de moradia da cidade moderna e contemporânea (VAZ, 2002, p. 15).

As habitações coletivas são conhecidas por vários nomes<sup>3</sup>, mas, talvez, o termo mais conhecido seja “cortiços”<sup>4</sup>. Acontece que não havia uma definição precisa do termo e por causa disso, em alguns momentos, aparecem como sinônimos de estalagens, casas de cômodos, ou apresentam-se com diferenças quase que imperceptíveis. Estes tipos de habitações ficaram conhecidas pelos aspectos físicos e pelas condições que se encontravam seus moradores.

De acordo com a arquiteta e urbanista Lilian Fessler Vaz (2002), as estalagens, que posteriormente ficaram conhecidas como cortiços<sup>5</sup>, eram “grupos de minúsculas casas térreas - os “quartos” ou “casinhas” de porta-janela -, enfileiradas de um ou dos dois lados dos quintais, formando um pátio ou corredor de acesso, dotadas de instalações sanitárias coletivas”. Além disso, era de uso comum áreas como pátio, lavanderias ou pias e latrinas. Vaz alega que em razão do grande contingente de moradores em pequenas instalações ocasionava a presença constante de pessoas nas áreas externas, fazendo com que se intensificasse a vida coletiva. Por outro lado, o autor Backeuser (1905) apresenta as diferenças entre estalagens e cortiços. As estalagens podem ser descritas como

pequenas casinhas de porta e janela, alinhados, contornando o pátio, são habitações separadas, tendo a sua sala da frente tornada de registro de santos e anúncios de cores gritantes, sala onde se recebem visitas, onde se come, onde se engoma, onde se costura, onde se maldiz dos vizinhos, tendo também a sua alcova quente e entaipada, separa da sala por um tabique de madeira, tendo mais um outro quartinho escuro e quente onde o fogão ajuda a consumir o oxigênio, envenenando o ambiente. Dorme-se em todos os aposentos. (BACKEUSER, 1906, apud. CHALHOUB, 2017, p. 44).

## E os cortiços

[...] são ligeiras construções de madeira, que o tempo consolidou pelos consertos clandestinos, atravancadas nos fundos dos prédios, tendo um segundo pavimento acaçapado como o primeiro e ao qual se ascende

<sup>3</sup> “As habitações coletivas assumiram diversos nomes, correspondendo a diferentes formas arquitetônicas e conteúdos ideológicos distintos - estalagens, casas de cômodos, e posteriormente avenidas. O termo “cortiços” porém, foi o mais generalizado, visto por isso mesmo como um símbolo da época” (VAZ, 2002, p. 28).

<sup>4</sup> Sidney Chalhoub (2017), descreve o termo “cortiços” como oriundo das autoridades sanitárias quando desejavam rotular uma habitação coletiva.

<sup>5</sup> “[...] o uso do termo cortiço para habitação coletiva provém, provavelmente, da associação que se fazia entre as estalagens e as colmeias, formadas por minúsculos casulos que abrigavam as abelhas operárias que passavam o dia trabalhando em meio ao intenso zumbido” (VAZ, 2002, p. 49).

dificilmente por escadas íngremes, circundado também por varandinhas de gosto esquisito e textura ruínosa. Isso que aí fica resumido é o “cortiço”. (BACKEUSER, 1906, apud. CHALHOUB, 2017, p. 45).

As definições dessas moradias coletivas podem ser confundidas por pequenas diferenças ou por estarem presentes simultaneamente no mesmo período. De acordo com Chalhoub (2017), as explicações de Backeuser não possibilitam uma diferenciação objetiva entre estalagem e cortiço. Porém, são importantes devido ao fato dele apresentar aspectos das divisões internas das moradias. Além disso, Chalhoub (2017), explica que os cortiços eram as próprias estalagens antigas e malconservadas que não contavam com boas condições de higiene.

Essas instalações geralmente eram resultados das divisões de grandes casarões em minúsculas partes que muitas vezes atendiam famílias inteiras (Benchimol, 2003). A construção desse tipo de habitação tornou-se comum, uma vez que, os aluguéis proporcionavam uma boa renda aos proprietários e aos arrendatários. Pois, os donos geralmente cediam os imóveis a terceiros, e este, por sua vez, ficaria responsável por fazer as subdivisões e outras mudanças que fossem necessárias. Esses proprietários geralmente pertenciam à nobreza, enquanto os arrendatários eram pequenos comerciantes, muitas vezes portugueses (Vaz, 2002). Segundo Benchimol (2003), havia a ganância dos proprietários desses imóveis que acabavam por especular a população pobre em habitações pequenas e insalubres que não tinha luz ou ar, que acabavam servindo como meio de adquirir doenças.

Os cortiços estavam presentes por toda a cidade e ao redor do centro comercial. O crescimento veloz desse tipo de habitação se deu em circunstância do aumento populacional. Em razão disso, na medida em que aumentava a concentração de pessoas em residências pequenas e insalubres diminuía-se as condições de higiene (VAZ, 2002). Consequentemente, os modos de vida daquela população, por algumas razões, chamaram atenção das autoridades, principalmente dos sanitaristas. Esse tipo de habitação poderia ser vista como perigosa em relação a saúde pública, mas também pelo caráter social de seus habitantes. Acontece que estes locais passaram a ser considerados ambientes de depravação e promiscuidade, além de serem tidos como focos de moléstias.

Chalhoub (2017) chama atenção para os possíveis motivos que levaram a aversão e perseguição aos cortiços. Os argumentos da época giram em torno da necessidade de acabar com epidemias, com os focos de transmissão de doenças e com o caráter estético e urbanístico

ultrapassados da cidade. Porém, o autor explica que essas habitações passaram a serem vistas como antros de vícios, promiscuidade e ociosidade.

Acontece que as camadas pobres da sociedade, além de serem vistas como ociosas receberam mais uma designação, a de “classes perigosas”<sup>6</sup>. A população classificada neste termo poderia oferecer perigo a ordem pública e social. “Mas muito pior era a insegurança social que essa situação engendrava, visto que era essa população miúda e turbulenta que dominava efetivamente o centro da cidade”. (SEVCENKO, 2018, p. 75). Desta maneira, fica evidente que a população pobre da cidade, que morava em habitações coletivas, era mal vista pelo governo e pela população burguesa, e as suas moradias, os “cortiços são vistos tanto como um problema para o controle social dos pobres quanto como uma ameaça para as condições higiênicas da cidade” (CHALHOUB, 2017, p. 45).

Além das estalagens, cortiços e casa de cômodo houve o surgimento das famosas “vilas operárias”. Esse tipo de habitação surgiu para substituir a permanência dos trabalhadores que dormiam em seus locais de trabalho no período em que surgiu processos de urbanização e industrialização. Vaz (2002), apresenta as vilas como umas das mais significativas transformações que envolviam trabalho e moradia no século XIX. Segundo ela,

grande parte dos trabalhadores moravam em seus locais de trabalho, o que se confirma por relatos de diferentes origens, seja jornalística, sanitária ou literária, que se referem a padeiros dormindo junto aos fornos das padarias, jornaleiros nas tipografias, caixeiros nos armazéns etc. (VAZ, 2002, p. 27).

Assim, as condições precárias de vida dos moradores desses tipos de habitações, relacionados à crise de habitação popular, as ocorrências de doenças nesses locais e a repulsa das classes abastadas foram responsáveis por chamar atenção das autoridades, que posteriormente tomaram medidas para pôr fim nesses problemas. Tais medidas, como por exemplo, as reformas do prefeito do Rio de Janeiro, Pereira Passos, serão abordadas nos capítulos seguintes deste trabalho.

---

<sup>6</sup> O termo “classes perigosas” é antigo, ainda do século XIX. Inicialmente usado para descrever indivíduos que haviam cometido crimes ou passado pela prisão. Mas, os parlamentares brasileiros basearam-se nos estudos do policial francês M. A. Frégier para designar a população pobre, que segundo eles, se encaixava nesse termo. De acordo com Frégier (apud. CHALHOUB, 2017, p. 25), o fato de existir o vício mesmo que não acompanhado de crime, mas associado a pobreza é motivo de terror para a sociedade. Assim, os pobres tornaram-se um perigo social.

## 1.2 As reformas urbanísticas no Rio de Janeiro

Indicado a prefeitura do Distrito Federal em 1902 pelo presidente Rodrigues Alves (1902-1906), o engenheiro Pereira Passos iniciou as reformas de modernização urbanística, de infraestrutura e sanitária previstas no programa de governo do presidente. Como já dizia o presidente “meu programa de governo vai ser muito simples. Vou limitar-me quase que exclusivamente a duas coisas: o saneamento e o melhoramento do porto” (Rio de Janeiro, Secretaria Especial de Comunicação Social, 2006, p. 14).

Como já foi visto, no final do século XIX e início do XX, o Rio de Janeiro passava por situações complexas e delicadas em relação às habitações e saúde pública. A partir disso, a crise das habitações associadas ao surgimento de doenças e a estrutura física antiga da cidade tornaram-se objetivos de melhorias do governo. Desta forma,

o Rio de Janeiro precisava adaptar-se, tanto no que se referia ao urbanismo quanto a salubridade, ao dinamismo capitalista, para ficar em condições de receber, de braços abertos, a modernidade burguesa e funcionários europeus das grandes empresas, funcionários para trabalharem nas agências de câmbio, nos bancos, nas fábricas, nas estradas de ferro, e para oferecer melhores condições a circulação tanto das pessoas quanto das mercadorias (Rio de Janeiro, Secretaria Especial de Comunicação Social, 2006, p. 23).

Porém, de acordo com Jaime Benchimol (1992), para que a cidade pudesse se tornar “moderna, higiênica e civilizada” era preciso demolir os cortiços, prédios antigos e ampliar ruas e avenidas. A antiga Paris, havia passado recentemente por reformas urbanas sob o comando de Georges Eugène Haussmann, que pretendia transformar a cidade em uma metrópole industrial e moderna. Então, Haussmann

rasgou, no centro de Paris, um conjunto monumental de largos e extensos bulevares em perspectiva, com fachadas uniformes de ambos os lados, reduzindo a pó os populosos quarteirões populares e o emaranhado de ruas estreitas e tortuosas (BENCHIMOL, 1992, p. 192).

Essas reformas de alargamento de ruas, construção de novos edifícios e destruição de outros, a criação de bulevares e jardins contidas nos planos urbanísticos de Haussmann<sup>7</sup>,

---

<sup>7</sup> “O programa de Haussmann foi concretizado numa conjuntura política de reação, dominada pelas monarquias restauradas em meio às cinzas ainda fumegantes das revoluções liberais de 1848 que convulsionaram toda a Europa. Foi também o período em que a França e outros países europeus iniciaram, efetivamente suas

foram presenciadas por Passos, enquanto ele estudava na capital francesa, por volta de 1857. Posteriormente, ao regressar ao Brasil e anos depois de receber o cargo de prefeito, Passos acabou por se inspirar nas reformas feitas em Paris no século XIX. Por causa disso, foi descrito como “Haussmann tropical” no trabalho produzido por Benchimol.

Para as realizações das obras propostas pelo governo, o “ponto básico no programa presidencial de Rodrigues Alves, executada conjuntamente pelo governo federal e municipal” (BENCHIMOL, 1992, p. 317); baseava-se em um plano ousado que consistia na intervenção do poder público no controle sanitário, urbanístico e da circulação, além de renovar a área portuária, alargando ruas e avenidas, eliminando as antigas habitações coletivas do centro e expulsando o excesso de moradores das regiões centrais (VAZ, 2002). De acordo com Benchimol (1992), o Rio precisava renovar sua estrutura para que ela fosse apropriada ao volume e velocidade das exportações e importações, que eram a base da economia do estado. Assim, era preciso construir “vias de comunicação compatíveis com o volume e a velocidade da circulação de cargas e homens no âmbito da própria cidade” (BENCHIMOL, 1992, p. 317).

A modernização da cidade deveria acompanhar as mudanças de uma sociedade capitalista em crescimento, que necessitava estar interligada, como também melhorar o porto - tendo em vista que o Rio era um grande exportador<sup>8</sup> de café na época. Com isso,

as avenidas constituíam, assim, o instrumento principal do plano de remodelação e "saneamento" (em sua acepção mais ampla e ambígua), destinado a transformar a capital da República numa cidade moderna e higiênica. Atendiam, basicamente, a dois objetivos complementares, mas de natureza diferente. O primeiro, o mais evidente, concernia à circulação urbana, isto é, à facilidade de “comunicação entre os diferentes bairros da cidade, barateando os fretes e a taxa dos carros de passeio aqui tão caras”. No que se refere ao Centro e duas adjacências, incluindo a zona portuária, tratava-se de dar vazão ao crescente tráfego urbano, incompatível com a estrutura física da cidade, constituída pelo dédalo de ruas estreitas, sinuosas e precariamente calçadas (BENCHIMOL, 1992, p. 235-236).

Desta maneira, as avenidas partindo do centro fariam ligações com as áreas mais afastadas e com o porto, melhorando, assim, o fluxo de pessoas e mercadorias. Além disso,

---

revoluções industriais, com meio século de atraso em relação à Inglaterra. O plano de Haussmann tinha como uma de suas estratégias principais a neutralização do proletariado revolucionário de Paris, a destruição da estrutura material urbana que servira aos motins populares de rua” (BENCHIMOL, 1992, p. 193).

<sup>8</sup> “O Rio de Janeiro era, no final do século XIX, o porto mais importante do país, seja pelo volume referente à exportação (café), seja pela importação (produtos industrializados em geral). A despeito desse fato, não possuía a capital federal um sistema portuário eficaz, isto é, era mínima a extensão do cais do porto, em sua maior parte ocupada por barcas de pequeno porte” (CARVALHO, 2005. p. 59).

a abertura das vias, sob a responsabilidade do governo federal, pretendia ligar o centro da cidade a diferentes localidades como a Zona Norte e Sul, a partir da abertura de três avenidas: Avenida Central, Francisco Bicalho e a Rodrigues Alves (BENCHIMOL, 1992).

Porém, Lia de Carvalho acaba por complementar as considerações de Benchimol, trazendo novas informações a respeito do projeto do governo para a remodelação da capital, que são importantes de serem debatidas. De acordo com Carvalho,

o projeto político-administrativo de Rodrigues Alves tinha dois pontos-chaves: a remodelação da capital federal e a política de imigração. Como os projetos com relação a capital federal eram por demais ambiciosos, desde o início verifica-se que a municipalidade será impotente para realizar sozinha estas obras. Resolve o governo federal dividir o trabalho em dois setores: as principais obras ficariam a cargo da administração federal: a construção do cais do porto, a conclusão do canal do Mangue, o arrasamento do morro do Senado, a abertura da avenida Central. A cargo do município ficariam a abertura da avenida Beira-Mar, a abertura de uma avenida ligando o Passeio Público ao largo do Estácio, e o alargamento de uma série de ruas no coração da cidade, entre elas a Marechal Floriano, Prainha, Camerino, e Treze de Maio (CARVALHO, 2005, p. 58).

Portanto, as reformas urbanísticas tinham o intuito de melhorar a circulação de pessoas e mercadorias, com a expansão das vias e a construção de outras, como também melhoramentos do porto. Além disso, a destruição de velhos edifícios e prédios e o saneamento da cidade estavam previstos nas propostas de governo do presidente Rodrigues Alves. Para que isso se concretizasse era necessário grandes reformas, demolições e construções, que serão abordados em seguida.

### **1.3 O Bota-abaixo do prefeito Passos**

Levando em consideração o que já foi exposto até aqui a respeito das propostas do governo para a capital federal, os motivos e os objetos das reformas do prefeito, cabe agora debater acerca do desenvolvimento do projeto de modernização do Rio de Janeiro e algumas de suas consequências.

O termo “bota-abaixo” surge no linguajar da época fazendo referência às obras de saneamento e embelezamento da capital, que demoliu diversas construções, principalmente de habitações populares que eram vistas como insalubres ou que não se encaixavam nos novos

padrões modernos. A política de modernização e urbanização foram responsáveis pela eliminação das habitações coletivas, expulsando seus moradores do centro. Como consequência disso, a crise das habitações se agravou ainda mais.

Neste período, a crise se intensificou em decorrência da eliminação das habitações populares do centro da cidade. E como efeito das derrubadas dos cortiços, o preço dos imóveis e de terrenos aumentou. Pois, a

“era das demolições” deu início a prática contemporânea de transformação do espaço urbano através do contínuo processo de destruição-reconstrução. Devido ao aumento vertiginoso dos preços dos terrenos e a desvalorização dos antigos térreos e sobrados, as casas velhas passaram a ser demolidas e não mais encortiçadas” (VAZ, 2002, p. 52).

Passos, em 10 de fevereiro de 1903, com a finalidade de manter o controle do espaço, baixou o decreto nº 391. A partir dele, o prefeito regulava as construções, exigia uma série de procedimentos técnicos e arquitetônicos para as novas construções (VAZ, 2002). Este foi outro fator que elevou os preços dos imóveis na cidade. Em consequência disso, os trabalhadores não poderiam arcar com os caros aluguéis e tiveram que buscar outras formas para a moradia. Portanto, pode-se dizer que as reformas realizadas no Rio tinham o cunho excludente (VAZ, 2002), sendo que as obras de modernização não afetariam a população mais pobre da cidade de forma positiva. Assim,

a população trabalhadora do Rio de Janeiro foi expulsa das freguesias centrais através desse processo e empurrada para novos habitats no entorno. A parcela da população mais dependente da centralidade manteve-se nos bairros antigos, periféricos ao centro, residindo em habitações coletivas; outra parte distanciou-se procurando estabelecer-se nos subúrbios, local ideologicamente destinado a esta população (VAZ, 2002, p. 53-54).

O bota-abaixo juntamente com o decreto de nº 391 eram responsáveis por uma grande contradição. No mesmo momento em que eram proibidas as construções de novos cortiços ou a reforma deles, pelos motivos já citados, era permitido a construção de moradias semelhantes nos morros. Assim, a população pobre encontrou nos morros próximos ao centro uma opção para habitar, assim, começava a surgir as favelas<sup>9</sup> (VAZ, 2002). Logo,

pode ser estabelecida uma relação causal entre a emergência da nova forma de habitação popular e a ação do Estado. Paradoxalmente, a nova forma que

---

<sup>9</sup> “O aprimoramento tinha o seu preço: os moradores de cortiços não podiam pagar os novos aluguéis, inclusive os de casas subsidiadas. Excluíam-se dos benefícios de modernização os seus destinatários específicos. Em síntese, iniciava-se o processo de melhoramento das moradias mediante a substituição dos seus moradores” (VAZ, 2002, p. 45).

surgia como efeito e consequência da política higienista habitacional e urbana revelava-se tão ou mais insalubre e promíscua do que a anterior, que se desejava higienizar e disciplinar (VAZ, 2002, p. 57).

A partir disso, fica evidente a contradição do projeto do governo em retirar a população pobre do centro da cidade com o discurso de higiene e salubridade. Que por sua vez, desaparece quando a população é expulsa do centro e busca moradia em morros e regiões mais distantes, por ser provavelmente a única opção para se assentarem.

As reformas do prefeito Passos não se restringiam apenas às condições físicas da cidade, mas, intervia inclusive nos hábitos e postura da população. Na tentativa dele em tornar as pessoas e a capital mais “civilizadas”, ele mesmo declarou:

comecei por impedir a venda pelas ruas de vísceras de reses, expostas em tabuleiros, cercados pelo voo contínuo de insetos, o que constituía espetáculo repugnante. Aboli igualmente, a prática rústica de ordenhar vacas leiteiras na via pública, que iam cobrindo com seus dejetos, cenas estas que, ninguém, certamente, achará dignas de uma cidade civilizada.

[...] Mandei, também, desde logo, proceder à apanha e extinção de milhares de cães que vagavam pela cidade, dando-lhe o aspecto repugnante de certas cidades do Oriente (BENCHIMOL, 1992, p. 277).

Desta maneira, sendo explicitado pelo próprio prefeito a respeito das suas intenções com os projetos, que iam além de reformas estruturais e urbanísticas, Vaz (2002) alega que havia a intenção de controlar e adequar a cidade aos novos padrões econômicos e sociais. O primeiro, baseava-se na passagem da economia mercantil-exportadora para a capitalista-industrial. E em relação ao social, pretendia-se acabar com hábitos e costumes da população pobre, por exemplo, a venda e compra de objetos e alimentos nas ruas ou a socialização dos indivíduos em espaços públicos ou privados.

De acordo com Benchimol (2003), ao mesmo tempo em que ocorriam as reformas na capital, o prefeito estava preocupado em banir as “velhas usanças”<sup>10</sup>, que não combinavam com o projeto de civilização moderna idealizado pelas autoridades. Assim, “quis alterar formas de trabalho e lazer, costumes e hábitos arraigados no tecido sociocultural da cidade”

---

<sup>10</sup> “Ao mesmo tempo em que remodelava, junto com o governo federal, a estrutura da cidade – demolições de prédios abertura de avenidas, prolongamento de ruas, reforma do calçamento, arborização e ajardinamentos de praças etc. – Pereira Passos usava de seus poderes discricionários, nos seis primeiros meses de 1903, para colocar em vigor um elenco de decretos destinados a transformar “velhas usanças” que negariam ao Rio de Janeiro de capital “e mesmo de simples habitat de um povo civilizado” (BENCHIMOL, 1992, p. 277).

(BENCHIMOL, 2003, p. 244). A partir da tentativa de banir velhos costumes e a situação de “promiscuidade” em que a população viva, segundo o prefeito, Carvalho alega que

as reformas tiveram como um dos efeitos a redução da promiscuidade social em que vivia a população da cidade, especialmente no centro. A população que se comprimia nas áreas afetadas pelo “bota-abaixo” de Pereira Passos teve ou de apertar-se mais no que ficou intocado, ou de subir os morros adjacentes, ou de deslocar-se para a Cidade Nova e para os subúrbios da Central. Abriu-se espaço para o mundo elegante que anteriormente se limitava aos bairros chiques como Botafogo (CARVALHO, 1987, p. 40).

Por fim, com as demolições realizadas pelo bota-abaixo de Passos, até novembro de 1904, o governo já havia derrubado cerca de 640 prédios, terminado o eixo central e tinha aberto a avenida Central, realizada por 1.800 operários (CARVALHO, 1987). A respeito da avenida Central, a mais importante delas, havia o objetivo de estabelecer ligações entre o novo cais e o centro da cidade. Assim,

a Avenida Central, por sua vez, constitui o eixo de todo o elenco de melhoramentos urbanísticos, projetados com a intenção de transformar a velha, suja e pestilenta cidade colonial portuguesa numa metrópole moderna e cosmopolita, à semelhança dos grandes centros urbanos da Europa e dos Estados Unidos (BENCHIMOL, 1992, p. 227).

Para a construção da Avenida Central, cerca de 20 mil pessoas foram obrigadas a procurarem novas moradias e 1.681 habitações foram derrubadas. Após o bota-abaixo, no dia 15 de novembro de 1906, foi inaugurada a Avenida Central.

A inauguração da avenida Central separou a cidade, se não para o Brasil, duas épocas. Os costumes modificaram-se, e com eles surgiu uma nova mentalidade. O carioca ampliou seu ângulo de visão. Estava preparando o caminho para o novo Rio de Janeiro, a Cidade Maravilhosa. E foi em 1908 que Coelho Neto lhe deu esse título, com que será conhecida para sempre e bem lhe cabe [...] (MARTINS apud CARVALHO, 2005, p. 69)

Logo, desde o início das obras até a sua finalização, milhares de famílias foram retiradas de suas moradias e desamparadas pelo governo, evidenciando assim, seu teor contraditório. Pois, agora existia a discrepância em relação a uma avenida moderna, com pessoas dirigindo seus automóveis, arborizada, com elegantes lojas, enquanto a presença da população mais pobre foi banida do centro da cidade para o seu entorno (KUSHNIR; HORTA, 2019)<sup>11</sup>.

---

<sup>11</sup> KUSHNIR, Beatriz; HORTA, Sandra. *Avenida Central: Contrastes do tempo*. In: Rede de memória virtual brasileira. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/dossies/rede-da-memoria-virtual-brasileira/arquitetura-e-urbanismo/avenida-central/>>. Acesso em: 18. Out. 2019.

Em síntese, as precárias habitações e o modo de vida da população mais pobre do Rio de Janeiro chamaram atenção das autoridades do governo Rodrigues Alves. Para solucionar alguns problemas, como o de habitação, modernização da capital e urbanização, foi proposto pelo governo projetos de melhorias. A execução e o desfecho desses projetos trouxeram uma nova face ao Rio: por um lado moderno, com novos prédios, avenidas e um porto renovado. Por outro lado, uma cidade discrepante, onde a população expulsa do centro precisou buscar moradia nos morros ou em lugares mais afastados da cidade, que por sua vez, continuaram vivendo em situações precárias.

## **Capítulo 2 - A Revolta da Vacina**

### **2.1 O *Correio da Manhã***

Fundado por Edmundo Bittencourt, o *Correio da Manhã* foi lançado em 15 de junho de 1901. Esse jovem advogado, nascido em 1866, no Rio Grande do Sul, inicialmente, teve contato com o *Jornal A Imprensa*, onde trabalhou como secretário por um curto período de tempo. Porém, no início de 1901, *A Imprensa* passou por uma crise financeira que levou ao seu fim. A partir disso, Edmundo comprou o material e o prédio da falida empresa, onde deu início ao *Correio da Manhã* (SODRÉ, 1983).

Desde a sua criação, o *Correio da Manhã* ficou conhecido como opositor, crítico e como defensor dos interesses do povo. Nelson Werneck Sodré (1983) alega que estas características foram responsáveis por agradar as camadas populares. Em seu artigo de apresentação era explicitado o objetivo do novo jornal e suas críticas a neutralidade da imprensa da época.

A praxe de quantos até hoje têm proposto pleitear no jornalismo nosso a causa do direito e das liberdades populares, tem sido sempre a firmação antecipada, ao público, da mais completa neutralidade. Em bom senso sabe o povo que essa norma de neutralidade com que certa imprensa tem por costume carimbar-se é puro estratagem para, mais a gosto e a jeito, poder ser parcial e mercenária. Jornal que se propõe a defender a causa do povo não pode ser, de forma alguma, jornal neutro. Há de ser forçosamente, jornal de opinião (CORREIO DA MANHÃ<sup>12</sup>, 1901, apud. SODRÉ, 1983, p. 287).

---

<sup>12</sup> *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 15 de jun. de 1901.

Assim, o *Correio da Manhã* defendia a ideia de “jornal de opinião”, que buscava defender a causa da população e se abster da neutralidade. Com isso, o jornal “quebrou a monótona uniformidade política das combinações de cúpula, dos conchaves de gabinete; levantou sempre o protesto das camadas populares, na fase histórica em que a participação da classe trabalhadora era mínima” (SODRÉ, 1983, p. 287).

O *Correio da Manhã* surge durante o governo de Campos Sales e logo de início, com sua oposição, rompe com a compra de opinião da imprensa que até então fazia exaltações as autoridades (SODRÉ, 1983). Durante sua existência, o jornal continuou com sua política oposicionista e dessa maneira, o governo de Rodrigues Alves e Pereira Passos não ficou de fora das críticas do jornal.

Assim, na obra de Sodré (1983), ele deixa evidente o posicionamento do *Correio da Manhã* em relação a obrigatoriedade da vacina contra a varíola em 1904, durante o governo de Rodrigues Alves. “O problema da vacina obrigatória repercute no *Correio da Manhã*, lutam, não contra a vacina, mas contra os processos de que usam as autoridades para impô-la” (SODRÉ, 1983, p. 325).

Antes de aprofundar propriamente sobre a abordagem da vacinação obrigatória pelo *Correio da Manhã* e suas repercussões, é preciso debater a utilização do jornal como fonte histórica. Assim, o jornal com esta finalidade nos permite compreender a mentalidade, aspectos culturais, políticos e econômicos de uma determinada sociedade. Porém, é importante ter consciência de que “a imprensa periódica seleciona, ordena, estrutura e narra, de uma determinada forma, aquilo que se elegeu como digno de chegar até o público” (LUCA, 2008, p. 139). Por esta razão, deve-se entender a relevância da imprensa em seu próprio tempo e espaço como também reconhecer a importância dos elementos culturais nele apresentados (LUCA, 2008). Mas, é preciso ter em mente que a linguagem e o conteúdo utilizado pela imprensa em determinado período são características do meio social em que está inserido, assim, deve ser entendido em suas próprias especificidades.

A partir dessa perspectiva, Luca (2008) explica que cabe ao historiador utilizar as “ferramentas provenientes da análise do discurso que problematizam a identificação imediata e linear entre a narração dos acontecimentos e o próprio acontecimento” (LUCA, 2008, p. 139). A respeito do discurso, ele “não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar” (FOUCAULT, 1996, p. 10). Além disso, estão relacionados ao poder - eles são produzidos,

selecionados e controlados, como também são objetos de desejos. Para Foucault (1996), palavras e coisas estão conectadas de maneira complexa, pois é uma relação histórica e está carregada de construções e interpretações.

Por outro lado, segundo a francesa Marguerite Duras, cabe ao jornalista observar

o mundo e o seu funcionamento, que diariamente o vigia muito de perto, que faz ver e rever o mundo, o acontecimento. E não consegue fazer este trabalho sem julgar o que vê. É impossível. Em outras palavras, a informação objetiva é um logro total. Uma impostura” (DURAS apud. LUCA, 2008, p. 139).

Em síntese, os periódicos retratam discursos e mentalidades de sua época. E, após o trabalho do jornalista, cabe ao historiador analisar de forma crítica o conteúdo questionando os seus discursos. Mas, deve considerar que uma fonte não se constitui de forma isolada, assim, seu conteúdo não pode ser dissociado do tempo e lugar que foi produzido (LUCA, 2008).

## **2.2 A vacina contra a varíola e sua obrigatoriedade**

Para cuidar da saúde pública do Rio de Janeiro, durante o governo de Rodrigues Alves, foi nomeado o médico e sanitarista Oswaldo Cruz. Nascido em 1872, na cidade do interior paulista, São Luís do Paraitinga, mudou-se desde cedo para o Rio de Janeiro onde iniciou seus estudos em medicina. Após concluir seus estudos, em 1896, Oswaldo Cruz viajou à França, para especializar-se no Instituto Pasteur na área de microbiologia e saúde pública. O seu regresso ao Brasil se deu em 1899, quando abriu e trabalhou em seu próprio consultório. Somente em 1903 foi nomeado diretor geral de Saúde Pública, o que levou a intervir diretamente no combate de três doenças: febre amarela, peste bubônica e varíola (BENCHIMOL, 2003).

Segundo Benchimol (1990), o Rio de Janeiro por estar situado em uma zona tropical, quente e úmida, rodeada pelo mar e montanhas, onde as águas da chuva não escoavam por causa da declividade do solo, associado aos fatores, inclusive já citados anteriormente neste trabalho, por exemplo, a insalubridade das habitações coletivas e as condições precárias em que a cidade e população se encontravam na época, resultaram no aumento dessas doenças.

Dentre as doenças que estavam sob a responsabilidade de Oswaldo Cruz para ser erradicada, a varíola foi a que gerou mais repercussão, principalmente por causa da revolta que ocorreu em decorrência da obrigatoriedade da aplicação de sua vacina em 1904. A doença é causada por vírus que se dissemina pelo ar, por esta razão, sua erradicação torna-se mais complexa, pois diminui as formas de erradicá-la, restando apenas a vacinação. De acordo com a Fundação Oswaldo Cruz, em 1904, cerca de 3.500 pessoas morreriam neste ano em decorrência a doença<sup>13</sup>.

Em razão ao grande número de pessoas atingidas pela doença, Oswaldo Cruz propôs ao Congresso a revacinação e vacinação de toda população com caráter obrigatório. É importante lembrar que a vacina contra a varíola já havia sido introduzida no Brasil desde 1801<sup>14</sup>. Segundo Carvalho (1987), ela era obrigatória, por decreto municipal do Rio de Janeiro a todas as crianças de até três meses de idade. No ano de 1884, a obrigação se estendeu por todo o Império a toda população. Em 1889, a obrigatoriedade voltou a ser destinada apenas às crianças, mas agora até os seis meses de idade. Porém, “como a própria vacina, que às vezes não pegava, essas leis não pegaram, especialmente as que estendiam a obrigatoriedade a todos os cidadãos” (CARVALHO, 1987, p. 96).

Desta maneira,

o governo julgou então necessário fazer outra lei que reintroduzisse a obrigatoriedade. O projeto entrou no Senado em 29 de junho e foi aprovado, com 11 votos contrários, em 20 de junho. Deu entrada na Câmara em 18 de agosto, foi aprovado por larga maioria no final de outubro e tornou-se lei em 31 deste mês (CARVALHO, 1987, p. 96).

Então, ao ser submetida ao Congresso e aprovada, as cláusulas do projeto de lei de vacinação e revacinação foram pensadas de forma rigorosa, pois incluíam “multas aos refratários e a exigência de atestado para matrículas nas escolas, acesso a empregos públicos, casamentos, viagens, etc.” (BENCHIMOL, 2003, p. 254).

Além do caráter obrigatório, das multas e a necessidade de comprovação por meio de atestados, haviam outros aspectos que foram responsáveis para que a população, imprensa

---

<sup>13</sup> Biblioteca Virtual Oswaldo Cruz. *Luta contra a varíola*. Disponível em: <<http://oswaldocruz.fiocruz.br/index.php/biografia/trajetoria-cientifica/na-diretoria-geral-de-saude-publica/luta-contr-a-variola>>. Acesso em: 21, nov. 2019.

<sup>14</sup> A respeito das leis de implementação da vacina no Brasil, Murilo de Carvalho alega que “não há estudo mais detido sobre as tentativas de implementação da vacina obrigatória e sobre as razões do fracasso da ação do governo” (CARVALHO, 1987, p. 177).

ou deputados fossem contra a vacinação. Primeiramente, existiam muitas dúvidas da população, pois não entendiam como ocorria a imunização ou sua aplicação. Em segundo lugar, a oposição chamava atenção a aplicação da vacina que ocorreria de modo truculento, tendo em vista que agentes do governo poderiam entrar nas residências e aplicar a vacina à força em seus moradores, violando assim suas liberdades individuais. “O inimigo não era a vacina em si mas o governo, em particular as forças de repressão do governo” (CARVALHO, 1987, p. 136).

Sevcenko (2018), complementa essa ideia dizendo que além da truculência que existia, por parte de enfermeiros, fiscais e policiais, os soros e os aplicadores não eram confiáveis. Esta ideia era consequência do que a população já havia vivido anteriormente com a campanha de vacinação de febre amarela. Além disso, a respeito dos opositores ele alegava que

se o governo acreditava plenamente nas qualidades e na necessidade da vacina, então que deixasse a cada consciência a liberdade de decidir pela sua aplicação, podendo, até mesmo, escolher as condições que melhor lhe conviessem para recebê-la. Obstavam, enfim, não contra a vacina, cuja utilidade reconheciam, mas contra as condições da sua aplicação e, acima de tudo, contra seu caráter compulsório da lei (SEVCENKO, 2018, p. 19).

Carvalho (1987) explica que a oposição, aos poucos, adquiriu um caráter moralista. No início, os líderes da oposição davam foco aos perigos reais ou imaginários em relação a vacinação. Mas, o caráter moralista, provavelmente, teve força bastante significativa entre a população. Então, a oposição buscou “explorar a ideia da invasão do lar e da ofensa à honra do chefe de família ausente ao se obrigarem suas filhas e mulher a se desnudarem perante estranhos” (CARVALHO, 1987, p. 131). Pela visão das classes mais pobres, a lei era uma ameaça à honra do lar, pois estranhos poderiam tocar braços, pernas e coxas de suas familiares (CARVALHO, 1987).

Enquanto isso, a imprensa, por sua vez, não deixou de abordar as discussões sobre a lei de obrigatoriedade da vacina na Câmara. O Correio da Manhã, por exemplo, no dia 21 de junho de 1904, em sua segunda página abordou a votação da seguinte forma

#### Correio do Congresso

Após longos dias de fatigante e improfícuo debate, em que tomaram parte varios oradores, medicos e juristas, foi hotem como estava previsto, aprovado por 21 votos contra 11, o projecto da commissão de saúde publica considerando obrigatorias a vaccinação e revaccinação contra a variola. O sr. Barata Ribeiro, encarniçado inimigo do projecto, produziu mais um violento

discurso contra a obrigatoriedade da medida, que s. ex considerava vexatoria, anticostitucional e draconiana (CORREIO DA MANHÃ, 21/06/1904).<sup>15</sup>

Assim, em uma de suas edições, o *Correio da Manhã* abordou o último dia de debates no Congresso, expondo o posicionamento de Barata Ribeiro, um médico e deputado contrário à obrigatoriedade da vacina e, evidenciando o seu discurso oposicionista.

De acordo com Sevckenko (2018), após a aprovação da lei pelo Congresso e Câmara dos Deputados, ficaria sob a responsabilidade do Departamento de Saúde Pública as normas, recursos e os métodos para a vacinação. Ele afirma que a regulamentação da lei foi a principal responsável pela revolta, pois o Departamento de Saúde Pública

estipularia o conjunto de procedimentos por meio de um decreto, que escapava, portanto, da deliberação do Legislativo e se tornava atribuição exclusiva da presidência da República. Logo, o próprio Oswaldo Cruz quem elaborou o regulamento, que não estava mais sujeito a discussões e deveria ser aplicado a toda a população *incontinenti*.

[...] os termos eram extremamente rígidos, abrangendo desde recém-nascidos até idosos, impondo-lhes vacinações, exames e reexames, ameaçando-os com multas pesadas e demissões sumárias, limitando as oportunidades de recursos, defesas e omissões (SEVCENKO, 2008, p. 23-26).

Então, a forma que seria estabelecida a aplicação da vacina não chegou a ser discutida entre governo e população, ficando apenas sob a responsabilidade do Departamento de Saúde Pública pensar em formas de executar da lei. Por outro lado, a oposição e a população estavam preocupados principalmente em relação a aplicação da vacina, pois além de terem suas casas invadidas pelo aparato policial, mulheres e filhas poderiam expor seus corpos a estranhos. Assim, fica evidente o teor autoritário do governo na proposta em acabar com a epidemia de varíola. Segundo Sevckenko (2008), o projeto de vacinação tinha dois objetivos iniciais, primeiro ser rápido e o segundo atingir o maior número de pessoas possíveis. Com isso, “não se cogitou da preparação psicológica da população, da qual só se exigia a submissão incondicional” (SEVCENKO, 2008, p. 26).

---

<sup>15</sup> Nas citações referentes ao *Correio da Manhã* e demais jornais utilizados neste trabalho serão mantidas as características originais do texto.

### 2.3 O “código de torturas”

O *Correio da Manhã* não poupava espaço em suas edições para tratar da obrigatoriedade da vacina. Nos meses de setembro, outubro e novembro de 1904, a quantidade de notícias são significativas. Dessa maneira, o jornal passou a dar prioridade para expor em primeira página as notícias sob o nome de “vaccina obrigatoria”, “o código de torturas”, o “codigo de hygiene”, “vaccina ou morte” entre outros.

No dia 7 de outubro de 1904, o *Correio da Manhã* trazia em sua primeira página um texto do médico e deputado Brício Filho<sup>16</sup>, que assim como o jornal, fazia oposição a vacinação obrigatória. No texto, Brício aborda questões a respeito da violação de direitos, liberdade e o caráter autoritário e violento por parte do governo em um texto com título um pouco alarmista, chamado de “vaccina ou morte”.

#### VACCINA OU MORTE

O governo arma-se agora para o golpe decisivo que pretende desferir contra os direitos e liberdades dos cidadãos deste paiz. A vaccinação e revaccinação vão ser lei dentro em breve, não obstante o clamor levantado de todos os cantos e que foi ecoar na Camara dos Deputados atravez de diversas representações assignadas por milhares de pessoas. Da posse desta data clava, que o incondicionalismo bajulador e mesbreiro preparou, vae o governo do sr. Rodrigues Alves saber si o povo brasileiro já se acanhalou ao ponto de abrir as portas á violência ou si conserva ainda as tradições de brio e da dignidade com que, da monachia democrática passou a esta Republica de iniquidades e privilégios.

O attentado planejado alveja o que de mais sagrado contém o patrimonio de cada cidadão: pretende se esmagar a liberdade individual sob a força bruta, transformar o domicilio, santuario que a Constituição garante inviolável, em valhacouto de canalhas, onde os esbirros policiaes ha de floretear o cacete e manejar a laracha para abrir à hygiene official; pensa-se em reduzir a família brasileira a um conjuncto de entes indefesos, obrigando-a a ficar sob a ameaça imminente da morte, resultante dos mesmos descuidos e irreflexões que já cortaram a existência a infelizes desamparados [...]

Vexames da ordem desses, ou anniquilam de vez os direitos de uma sociedade inteira, ou servem para, despertando-lhe os sentimentos adormecidos, dar inicio á sua completa libertação. (CORREIO DA MANHÃ, 07/10/1904).

O texto de Brício Filho, é importante para o entendimento de como era abordado a questão da violação de direitos e liberdade como também a obrigatoriedade da vacina, a partir

---

<sup>16</sup> O deputado Bricio Filho, desde o dia 9 de outubro de 1904 ficou responsável por uma série diária de artigos intitulados de “vaccina obrigatoria”. (*Correio da Manhã*, 08/10/1904).

da perspectiva de um jornal opositor. Segundo Carvalho (1987), as forças de repressão do governo;

ao decretar a obrigatoriedade da vacina pela maneira como o fizera, o governo violava o domínio sagrado da liberdade individual e da honra pessoal. A ação do governo significava tentativa de invasão de espaço até então poupado pela ação pública. A maneira de implementar a obrigatoriedade ameaçava interferir em quase todas as circunstâncias da vida (CARVALHO, 1987, p. 136).

Uma publicação chamada de o “código de torturas” do *Correio da Manhã*, do dia 11 de março de 1904, escrito por Gil Vidal<sup>17</sup>, fazia críticas a lei e ao governo. Primeiro, pelo seu teor autoritário, que como ele aborda, iam contra a liberdade individual da população e, em segundo, pelo governo ter deixado sob a responsabilidade do diretor de saúde pública a elaboração do regulamento da lei. O nome, a partir de então, ficou conhecido, principalmente pelo jornal, que passou a fazer publicações com grande frequência com este título. Inclusive, o próprio projeto de Oswaldo Cruz recebeu este nome em razão de seu teor autoritário e agressivo a população. A publicação de Gil Vidal aparece na primeira página da seguinte forma:

#### CODIGO DE TORTURAS

Realizaram-se as nossas previsões quanto aos regulamentos dos serviços sanitarios a cargo da União. O que, sob este nome, publicou hontem o *Diario Official*, comprehende um verdadeiro codigo de torturas para a população desta cidade.

Uma só preocupação dominou o director de hygiene, a quem o governo entregou a elaboração do regulamento: munir-se de todas as armas para constringer, vexar o particular, e quebrar todas as resistencias ás suas investidas e dos seus subordinados contra a liberdade individual e o direito de propriedade.

Multiplicam-se os arroschos. Redobraram-se as fintas. Creou-se um regimen de intoleraveis rigores, perfeitamente escusados, porquanto, as proprias autoridades sanitarias, que elaboraram o regulamento draconiano, têm obtido magnificos resultados, de que se ufanam, sem recorrer aos extremos com que se vae opprimir o povo desta capital e tornar ainda mais ingrata a sua vida (CORREIO DA MANHÃ, 11/03/1904).

O conceito de liberdade, citado até aqui, se aproxima a ideia Jean Starobinski (1994). Ele alega que o século XVIII foi o responsável pela ideia do conceito de liberdade, como também a sua experiência. Ele complementa dizendo que “a exigência da liberdade se faz sentir na frustração” (STAROBINSKI, 1994, p. 18). Essa frustração pode ser consequência de uma relação política, moral ou social entre autoridade e súditos (STAROBINSKI, 1994).

---

<sup>17</sup> Leão Veloso Filho conhecido como Gil Vidal era o redator chefe do Correio da Manhã.

Além disso, cabe pensar em liberdade como autonomia do indivíduo ou o domínio de si próprio de suas ações, vontades e desejos.

Tendo sido apresentado esta ideia de liberdade cabe agora apresentar como o *Correio da Manhã* abordava essa questão. Na edição de 3 de junho de 1904, no “Codigo de Torturas”, foi apresentado o caso de um morador que teve sua residência invadida e sua liberdade violada por agentes de saúde pública prontos para eliminarem focos de doenças. Porém, a forma que se deu a inspeção de modo truculento associadas ao uso de substâncias tóxicas foram responsáveis, segundo o jornal, pelo óbito do morador.

#### CODIGO DE TORTURAS

Uma violencia a mais no registo das arbitrariedades a que tem dado logar o odioso regulamento de hygiene não é coisa que chegue a causar admiração, acostumados que já estamos a presenciar os excessos de autoridade.

Desta de que hoje nos occupamos é autor o commisionario dr. Seraphim, reincidente nos maiores de desmandos que vae praticando impunemente, engachado nos artigos penaes do celeberrimo Codigo de Torturas [...]

Mas esse dr. Seraphim, já é celebre pelo facto seguinte: ha vinte dias, pouco mais ou menos, invadiu elle com sua turma o domicillio de um pobre cardiaco, á mesma rua do Camerino n° 63; fez as suas desinfecções de enxofre e foi-se embora deixando a casa, como ficam todas, com uma atmosfera verdadeiramente lethal, venosossima.

Aconteceu que o pobre homem cardiaco, ignorante do perigo, permaneceu e pernitoiu no predio, respirando aquelle ar mortifero, vindo a falecer dias depois, por ser terem aggravavado os seus soffrimentos.

Agora perguntamos nós: quem é o responsável por essa morte? Que hygiene é essa que, a pretexto de afastar os germes da moste, depreda e estraga a propriedade alheia, e leva ella propria, com os toxicos da desinfecção, a molestia e a morte aos lares?

Que nos responsa leamente o sr. Oswaldo Cruz, a cujo exclusivismo scientidico devem os habitantes do Rio de Janeiro esta cousa humilhante e innomonavel que se chama, na voz geral, o Código de Postura (CORREIO DA MANHÃ, 03/06/1904).

O texto não diz respeito propriamente sobre a vacinação obrigatória, mas sim da política do Departamento de Saúde Pública e da ação dos agentes de saúde pública que eram responsáveis por visitar as casas com o intuito de eliminar os focos de doenças. Os moradores, principalmente os mais pobres, já estavam revoltados com a perda de suas residências no episódio conhecido como “o bota-abaixo”, agora eram obrigados a resistir a forma truculenta do governo no seu objetivo de eliminar as epidemias que tomavam de conta da cidade (RIO DE JANEIRO, Secretaria Especial de Comunicação, 2006).

O texto em específico relata a história de um senhor que veio a óbito dias após receber a visita dos agentes de saúde. Segundo a notícia, além da truculência dos agentes, o uso

de substâncias químicas foi responsável pelo ocorrido. “Há evidência da grande irritação popular com a atuação do governo na área da saúde pública, de modo especial no que se refere à vistoria e desinfecção das casas” (CARVALHO, 1987, p. 130). Segundo o autor, este foi um dos principais motivos que levaram a Revolta da Vacina.

No dia 1º de outubro de 1904, quando ainda se discutia sobre o projeto de vacinação, o *Correio da Manhã* dedicou grande parte de sua primeira página para suas críticas à vacinação obrigatória. O interessante dessa edição é notar que o jornal levou suas críticas a um novo patamar. Agora, o texto escrito por Gil Vidal, aborda o contraste entre pessoas ligadas ao governo, as classes abastadas e o restante da população, pelo fato de uns sofrerem intervenções das políticas de saúde, enquanto outras ficaram isentas.

#### A TERCEIRA DISCUSSÃO

Volta hoje á discussão na Camara dos Deputados o projecto da vaccinação obrigatoria. Sem embargo da sua evidente impopularidade, o governo quer vel-o quanto antes convertido em lei [...].

A Camara ha de aprovál-o como quizer o governo, embora divorciando-se cada vvez mais do sentimento público. O presidente ha de sancionar a nova lei immediatamente, expedindo, em acto contínuo, respectivo regulamento. Dentro de poucos dias, teremos que assistir à invasão dos esbirros do sr. Cruz nas casas dos cidadãos que não estejam nas boas graças do governo, para, à força, vacciná-los e à sua família. Para os poderosos e para os amigos do governo não haverá, entretanto, vaccinação obrigatoria, como não ha hoje as desinfecções, as fumigações, os expurgos violentamente praticados pelos servos do Santo Officio da Tortura Publica. As leis as draconianas não são feitas para gente de alto cothurno. Os magnatas da República seguem os preceitos higienicos que bem querem. Que os incomode a autoridade sanitaria que, si pó ventura se mette a contrariál-os, recebe logo uma carta do ministro do interior, prevenindo-a de que são sagradas tão altas personalidades (CORREIO DA MANHÃ, 01/10/1904).

Dessa maneira, o *Correio da Manhã* abordou um ponto importante a respeito das desigualdades entre os poderosos e as classes mais baixas, estas que na prática foram as únicas a sofrerem as consequências do projeto autoritário de Oswaldo Cruz. A notícia aborda que as classes pobres teriam suas liberdades violadas ao serem vacinados à força, enquanto a burguesia não passaria por isso. Novamente a burguesia escapa das ações autoritárias do governo de Rodrigues Alves, a primeira vez, com as demolições dos cortiços para a modernização da cidade e agora com as políticas de saúde.

Nesta mesma edição e página, do dia 1º de outubro, o jornal apresentou uma charge que ocupa uma boa parte de sua primeira página. De acordo com o arquiteto e urbanista,

também chargista do jornal Estado de S. Paulo, Gilberto Maringoni, as charges são instrumentos que os jornais podem usar como material de opinião. Geralmente elas são colocadas em páginas de destaque, mais precisamente na primeira. Elas são contra ou a favor determinado assunto e “não permitem muitas acrobacias de estilo e conteúdo” (MARINGONI, 1996, p. 86). Talvez, o ponto mais importante que Maringoni aborda está relacionado justamente com os trabalhos dos autores Tânia Regina de Luca (2004) e Nelson Werneck Sodré (1983), quando tratam de imprensa, destacando que as informações não são neutras. Dessa forma,

é claro que a própria informação não é neutra. Um redator ou um editor, quando escreve uma matéria, já toma diversas opções subjetivas sobre que aspecto do fato realçar, que ponto reforçar no título e que lugar da página colocar a matéria. Estas opções induzem a uma determinada compreensão do fato narrado (MARINGONI, 1996, p. 86).

Tendo sido exposto algumas características das charges, cabe agora apresentar uma que aparece na edição do dia 1º de outubro no Correio da Manhã. A charge exibida faz uma crítica social em razão da desigualdade entre ricos e pobres em referência a vacina e a lei de obrigatoriedade.

Figura 4 - A Vacinação



4. Fonte: *Correio da Manhã*, 01/10/1904<sup>18</sup>

<sup>18</sup> A charge não tem autoria definida.

A charge sob o título “A Vacinação” apresenta um pequeno homem que olha de baixo para cima, com a mão em seu queixo em um ato de reflexão, um monumento onde está escrito “as leis são feitas para os pequenos”. Pelo contexto da edição, fica evidente que o teor crítico da charge complementa o sentido do texto de Gil Vidal, onde ele aborda a questão da desigualdade entre as classes perante o projeto de lei de vacinação obrigatória. As charges, que são inúmeras, em diversos jornais, apresentam principalmente a irritação popular em decorrência das políticas do governo. De acordo com Carvalho (1987), as charges dos jornais e revistas documentam justamente esse tipo de crítica.

Bricio Filho, em 10 de Outubro de 1904, apresentou na primeira página do *Correio da Manhã* um julgamento a Oswaldo Cruz. Em sua abordagem, Bricio expôs desde a trajetória de Cruz em seus estudos na Europa até a sua política autoritária que não se preocupava com o estado da população durante as vacinações.

#### VACCINAÇÃO OBRIGATORIA

Logo que se fez doutor, teve o moço forte bafejo da fortuna e celere zarpou para os centros scientificos do velho mundo onde, com uma tenacidade digna de registro, entrou a fundo nas pesquisas da bacteriologia, conheceu minuciosamente todos os caldos de cultura, praticou com afinco a preparação dos sôros e mais productos injectaveis, e tomou aos patrios lares, sempre actuando dentro dos limites da mesma especialidade.

Aqui, continuou como bacteriologista, não se atirou aos lances da clinica, não se abeirou dos leitos dos doentes, não se habilitou a sentir as dores dos enfermos, não testemunhou as angustias scenas das casas onde se adocece, e não adquiriu essa larga experiencia tão neccessaria ao facultativo para, quando chamado a dirigir departamentos de hygiene publica, estar em condições de pesar as circumstancias, de soffrear os impetos de mando, só propondo medidas estrictamente indispensaveis, lembrando-se de que, si por um lado tem o dever de resguardar a saúde da collectividade, por outro precisa manobrar com cautela, preso ao respeito que reclamara o lar onde rebente a molestia de notificação compulsoria, escravizado á observancia das garantias que a Constituição estabelece (CORREIO DA MANHÃ, 10/10/1904).

Neste trecho, Brício Filho comentou da trajetória de Oswaldo Cruz desde o seu casamento, em 1893 com Emília da Fonseca, a filha de um rico negociante português, que o ajudou a viajar à França, onde estudou no Instituto Pasteur (BENCHIMOL, 2003); até seu retorno ao Brasil onde trabalhou como bacteriologista e no Departamento de Saúde Pública. Pode-se compreender do texto de Brício Filho que Oswaldo Cruz apesar de seu preparo na área da saúde não considerou o tratamento das epidemias respeitando a população, seus lares e suas liberdades.

Para finalizar essa parte do trabalho, em que foi priorizada a maneira que o *Correio da Manhã* abordava a questão da violação de liberdade e obrigatoriedade da vacina, cabe destacar o caso de um rapaz de 23 anos que veio a óbito após receber a vacina dois anos antes e o posicionamento de um médico sobre a obrigatoriedade.

#### OS PERIGOS DA VACCINA

##### Retrato de uma victima

Acha-se em exposição á porta do *Correio da Manhã*, para que o publico possa bem avaliar do que está arriscado com a vacinação obrigatoria, o retrato de uma das muitas victimas da vaccina, publicado no supplemento do numero de setembro deste anno, do periódico *The Liberator*.

A proposito desse caso escreve aquelle periodico o seguinte, cujo texto em inglez, expomos também ao lado do retrato.

O retrato é de Benajmin F. Olwine, fallecido aos 23 annos de idade, em 23 de julho de 1897, na rua 11, n. 304, em Altvona.

Foi vaccinado dois annos e meio antes da sua morte. Quando soffreu a vaccinação, a sua pelle era lisa e limpa, macia e bella, e elle, além disso, gosava de perfeita saúde. Mas, contemplai attentamente o seu retrato, e vêde o miserrimo estado a que chegou posteriormente. E qual a causa dessa assombrosa mudança? Qual? Simplesmente a vaccinação, o grande destruidor da felicidade humana, da saúde humana e da vida humana. A vaccinação, a propagadora por todos os modos da moléstia immunda, o monstro que pollúe o sangue inocente e puro de nossos filhos com as vis excreções expellidas de animaes mórbidos, e de natureza a contaminar o systema de qualquer ente vivo (CORREIO DA MANHÃ, 13/10/1904).

Em mais um discurso alarmista, o *Correio da Manhã* abordou o caso do Benajmin, o jovem rapaz de apenas 23 anos que teria morrido supostamente em decorrência da vacina, mas dois anos após tomar a dose. A partir desse texto, pode-se compreender uma tentativa de desacreditar na eficácia da vacina. Embora, em outros momentos apareça a ideia de que o jornal não tinha esse tipo de atitude. De qualquer forma, os médicos, por sua vez, não desacreditavam na ineficácia da vacina como foi abordado pelo jornal, porém, compareceram ao Congresso a fim de questionar a sua obrigatoriedade.

#### A VACCINAÇÃO OBRIGATORIA NA CAMARA

O sr. Erico Coelho, deputado pelo Rio de Janeiro, abriu hontem, na camara, o debate sobre o projecto n. 121 A de 1904, tornando obrigatorias em toda a Republica a vaccinação e revaccinação contra a variola.

[...] O sr. Erico Coelho declarou-se francamente contrario ao projecto em discussão e ao parecer do relator da commissão de instrucção o de saúde pública da Camara.

Julga que a efficacia da vaccina par immunizar o vaccinado contra a variola não está em questão.

A questão é das liberdades públicas de um lado e dos supremos interesses da saúde pública do outro.

[...] Que mal pode fazer ao visinho esse homem são que não acredita na imunidade pela *lympha jenneriana*, e se recusa submeter-se á sua inoculação?

Compreende-se que possa ser punido o individuo que dissuadir um outro de submeter-se á vacinação contra a variola, que esse individuo incorra numa contravenção, mas o homem são que se recusa á vaccina, que delito commete? (CORREIO DA MANHÃ, 26/08/2019).

Nesta edição do *Correio da Manhã*, o texto de Bricio Filho ocupa a primeira e a segunda página do jornal, em duas grandes colunas, com a fala do médico e também deputado Erico Coelho. No texto, em nenhum momento ele chegou a duvidar da eficácia da vacina, porém, questionou o governo sobre obrigatoriedade e a violação da liberdade de escolha da população. Afinal, ele deixou explícito sua posição quando levantou o questionamento “o homem que se recusa à vacina, que delito ele cometeu” (CORREIO DA MANHÃ, 26/08/2019).

O *Correio da Manhã*, em diversas edições, mostrou-se contrário às atitudes tomadas pelo governo de Rodrigues Alves e pelo diretor de Saúde Pública, Oswaldo Cruz. Em razão disso, estampou em suas primeiras páginas diversos textos contrários à vacinação obrigatória, a violência, autoritarismo da lei e, principalmente, a violação de liberdade da população, essencialmente a da mais pobre da cidade. Inclusive, para demonstrar suas críticas, utilizou-se de diversas charges e textos com um teor um tanto alarmista para chamar atenção de seus leitores.

## 2.4 Os dias de revolta

A lei de vacinação obrigatória aprovada no dia 31 de outubro de 1904, havia sido apresentada ao Congresso pelo senador Manuel José Duarte quatro meses antes. E, durante esse período, os debates de governantes e da imprensa foram exaltados. A medida proposta pelo governo tinha como objetivo acabar com a varíola, por meio da vacinação obrigatória a todo brasileiro ou estrangeiro que estivesse de passagem pelo país. Devido a doença ser causada por um vírus, restava apenas a vacina para conter a grande epidemia que assolava o Rio (SEVCENKO, 2018).

O estopim da revolta, que ocorreu entre os dias 10 e 18 de novembro, teria sido a publicação do plano de regulamentação da lei no dia 9 de novembro pelo jornal *A Imprensa*. Como resultado dessa turbulenta semana, houve cerca de 23 mortos, vários feridos e quase mil presos, além de centenas que foram exilados no Acre (CHALHOUB, 2017).

Mas, as explicações dos reais motivos da revolta ter ocorrido são diversas. De acordo com Carvalho (1987), o real motivo teria sido ou causado pela obrigatoriedade da vacina, pois havia a irritação popular causada pelas medidas na área de saúde pública, por causa das inspeções nas residências. Além disso, o autor sugere uma segunda explicação dizendo que a revolta foi apenas um pretexto e suas “verdadeiras origens estariam na indiferença do governo em relação aos sofrimentos da população” (CARVALHO, 1987, p. 129). Por fim, o autor apresenta mais uma causa:

a justificação baseava-se tanto em valores modernos como tradicionais. Para os membros da elite, os valores eram os princípios liberais da liberdade individual e de um governo não-intervencionista. A retórica liberal, originalmente difundida por positivistas e liberais ortodoxos, chegou mesmo a atingir setores da classe operária (CARVALHO, 1987, p. 136).

Mas não só isso teria motivado a população a se rebelar contra as ações do governo. Chalhoub (2017) analisa os trabalhos feitos por Sevcenko e esclarece a respeito do posicionamento da população diante das ações de cunho burguês e higienista do governo de Rodrigues Alves. Dessa forma,

eram contra o processo de aburguesamento e seus agentes - encarnados nas figuras de políticos, higienistas, empresários, forças de repressão, etc. Em outras palavras, a Revolta da Vacina se constituiu numa das mais pungentes demonstrações de resistência dos grupos populares do país contra a exploração, discriminação e o tratamento espúrio a que eram submetidos pela administração pública nessa fase da nossa história (SEVCENKO apud. CHALHOUB, 2017, p. 114).

Assim, compreende-se que enquanto Carvalho apresenta uma visão mais voltada aos motivos que teriam levado a Revolta, Sevcenko abre espaço para o debate acerca da população que resistiu às políticas autoritárias do governo e ao sentimento de indignação e sofrimento deles.

O desencadeamento da Revolta se deu logo após a sua regulamentação, após ser aprovada na Câmara e no Congresso. Como já foi explicado anteriormente neste trabalho, os

métodos e recursos para a efetivação da lei ficariam sob a responsabilidade do Departamento de Saúde Pública. Então, o decreto elaborado por Oswaldo Cruz foi de grande importância para o início do pânico e indignação que se espalhou pela cidade (SEVCENKO, 2018).

No dia 5 de novembro, dias antes de começarem os protestos, havia sido criada a Liga Contra a Vacinação Obrigatória, como reação a aprovação da lei de vacinação obrigatória. No comando dela estava o senador do Distrito Federal Lauro Sodré, um ex-militar e positivista. Sodré afirmava que a lei era “arbitrária, iníqua e monstruosa, que valia pela violação do mais secreto de todos os direitos, o da liberdade de consciência” (SEVCENKO, 2018, p. 19).

Os tumultos começaram com intensidade no dia 10 de novembro na rua Ouvidor e Praça Tiradentes, locais onde a população protestava contra a lei e o seu regulamento. A Liga havia convocado a população para comparecer nesses locais, pois seria realizado discursos, inclusive de Sodré, pedindo a anulação da lei. Porém, a Brigada Policial foi chamada para pôr fim nas agitações que estavam ocorrendo, ao chegarem lá, a receberam com pedradas, dando início a uma série de confrontos (SEVCENKO, 2018).

Para a caracterização dos sujeitos revoltosos, Carvalho (1987) apresenta alguns pontos e diferenças dessas pessoas, mas na perspectiva de dois jornais de posicionamentos divergentes o *Correio da Manhã* e o *Paiz*; ambos apresentam visões tradicionais da época, um de cunho liberal e o outro conservador. Portanto, o *Correio da Manhã* refere-se aos revoltosos como “massa”, o “povo”, “os populares”, de uma maneira geral e abstrata. Mas, por outro lado, o *Paiz* ao decorrer dos dias, mudou as definições da população ativa no conflito da seguinte forma

o *Paiz* hesita um pouco na caracterização dos rebeldes. Antes do início das hostilidades, empenhado em evitá-las, fala na ação dos conspiradores, querendo enganar boa parte menos culta da população. Começando o conflito, predominam os tempos mazorqueiros, desordeiros, arruaceiros, desocupados. Logo após o frustrante levante popular, refere-se a povo, populares, operários e “pobre gente explorada” [...] Os presos no final seriam, segundo o jornal, vagabundos e desordeiros (CARVALHO, 1987, p. 114-115).

Com a intensificação da Revolta, esses sujeitos tiveram que lidar com as ações policiais que tomaram proporções maiores, elevando a sua forma repressiva. Sevcenko (2018), expõe que a brutalidade e a forma violenta indiscriminada da polícia perdurou inclusive meses

após a Revolta<sup>19</sup>. Ele relata que não houve a preocupação em investigar suspeitos, definir culpas ou levar os acusados aos tribunais, pois

o objetivo parecia ser mais amplo: eliminar da cidade todo o excedente humano potencialmente turbulento, fator permanente de desassossego para as autoridades. Os alvos da perseguição policial não eram aqueles indivíduos que comprovadamente tinham tido alguma participação nos distúrbios, mas sim, genericamente, todos os miseráveis, carentes de moradias, emprego e documentos, que eram milhares, e cuja única culpa era viverem em uma sociedade caótica e serem vítimas de uma situação crônica de desemprego e crise habitacional (SEVCENKO, 2018, p. 92-93).

Neste sentido, percebe-se mais uma vez, o teor de uma política higienista de Rodrigues Alves, que aconteceu de forma semelhante durante o “*bota-abaixo*” do prefeito Passos. Dessa vez, o uso da violência e a violação de direitos e liberdades contra as classes desfavorecidas fica mais explícito, um exemplo disso, foi como Sevcenko demonstrou ao falar que havia a intenção de eliminar da cidade o “excedente humano” e para que isso fosse possível o uso da força seria inevitável.

Os combates entre civis e militares tornaram-se intenso. Para lutarem contra a infantaria policial, a população utilizou-se de paus, ferros e pedras - objetos encontrados nas reformas urbanísticas e de saneamento do “*bota-abaixo*”. “O barulho do combate era ensurdecedor, tiros, gritos, tropel de cavalaria, vidros estilhaçados correrias, vaias e gemidos” (SEVCENKO, 2018, p. 28). Pelas ruas, lojas foram saqueadas, postes de luzes depredados, os bondes retirados de seus trilhos e incendiados. A força policial já não conseguia conter a Revolta, então, foi solicitado a ajuda do Exército, Marinha, mas não bastou. A resistência da população potente. Por fim, foi convocada a Guarda Nacional, que por sua vez, conseguiram, com dificuldade conter os civis (SEVCENKO, 2018). Após dias de confrontos, no dia 16 de novembro, os militares conseguiram sufocar a revolta. Já o governo suspendeu a obrigatoriedade da vacina e declarou estado de sítio por 30 dias na capital federal.

Em relação ao *Correio da Manhã* durante essa longa semana, as publicações contra as medidas do governo não pararam. No dia 14 de novembro de 1904, em sua primeira página, em grande destaque, o jornal abordou a vacinação obrigatória em diversas colunas e páginas.

---

<sup>19</sup> Lima Barreto acaba por confirmar esta alegação, tendo escrito em seu diário que “trinta dias depois, o sítio é a mesma coisa. Toda a violência do governo se demonstra na Ilha das Cobras. Inocentes vagabundos são aí recolhidos, surrados e mandados para o Acre” (SEVCENKO, 2018, p. 92).

## VACCINAÇÃO OBRIGATORIA REACÇÃO DO POVO

Regimen do terror - Os aconteciemntos de hontem - Façanhas da policia - Mortes - Feridos - A reunião do ministerio do interior - Bondes virados e queimados - Ataque ao gazometro - Suspensão do trafego urbano - Cidade às escuras - Movimento de força - Exercito e Marinha - Aspecto da Cidade - Attitude do governo - Provocações - No largo do Rocio - No Cattete - Na Prainha - Na Avenida Passos - Barricadas - Um quartel e delegacia assaltados - Na Central de Policia - Acclamações ao *Correio da Manhã* - A rua Ouvidor - Em nossa redacção - Notas diversas - Ultima hora.

### MISERIA E MORTE

Está completa a divisa desse governo impatriotico e cobarde: o povo deste paiz já estava preso pelas algemas da miseria, surge agora a bala assassina da policia impondo obediencia a novos vexames e a maiores extorsões [...]

Que é essa nova lei da Vaccina Obrigatoria, sinão uma arma com que a Saude Publica pretende devassar o que de mais intimo e mais sagrado existe para o homem?

E, porque povo quer demonstrar sua reprovação, porque o povo deseja recorrer à justiça do paiz, o governo cerca-se da propria força sustentado pelos impostos que cobra, e espalhando o terror pela cidade inteira, que forçal-os á submissão com as balas que por todos os cantos deixavam victimas.

O que está vendo por essas ruas da capital da Republica não é um motim de arruaceiros, como classificou o mercenarismo, é o assassinato do povo perpetrado por ordem do governo. O povo pede que lhe deem liberdade, suplica que lhe garantam os direitos (CORREIO DA MANHÃ, 14/11/1904).

No texto de Bricio Filho, novamente aparecem questões referentes à liberdade e a violência por parte do Estado. No início do texto há um conglomerado de palavras soltas que de certa forma resumem os últimos dias da revolta. Dessa maneira, as críticas do *Correio da Manhã* não foram despercebidas. “O governo toma, então, severas medidas contra a imprensa, suspendendo a circulação do *Comércio do Brasil* e *Gazeta de Notícias*” (SODRÉ, 1983, p. 325). Além desses dois jornais, o *Correio da Manhã* também sofreu censura, sendo impedido de publicar nos dias 16 e 17 de novembro.

No dia 18 de novembro, o jornal apresentou uma coluna em branco escrita apenas “nesta columna sahia publicada a narrativa da suspensão do *Correio da Manhã*” (CORREIO DA MANHÃ, 18/11/1904). Ao lado desta coluna, existe um pequeno texto, intitulado de “O *Correio da Manhã* e os collegas de impresa”, porém, muito significativo, onde o *Correio* agradece a imprensa pelo apoio recebido por causa da censura durante os dois dias. No texto, que não possui autoria definida, é finalizado da seguinte forma: “aquelle que se aproveitou da situação para nos atacar, absolutamente não respondemos: deixamol-o entregue ao desprezo que merece”. (CORREIO DA MANHÃ, 18/11/1904).

Por fim, a edição seguinte do *Correio* foi somente a de 15 de dezembro de 1904. Um texto, sem autoria definida, chamado de “o nosso reaparecimento” o jornal explica seus objetivos desde sua criação, o dever com seus leitores e o compromisso de continuar como um jornal de opinião que está disposta a ficar do lado da população.

#### O nosso reaparecimento

Não fossem os nossos deveres para com o publico, que nos tem cumulado de distinções, para com aquelles que nos honram com a sua amizade, satisfação que nos recompensa nessa ardua campanha o jornalismo, e permanecçeríamos recolhidos ao silencio até que fosse levantado o estado de sitio.

O *Correio da Manhã* quando surgiu não foi com o fim unico de ser um portador fiel de occurrencias, trazia tambem o compromisso de lutar em prol dos direitos do povo, programma que tem cumprido sem vacillações [...]

O *Correio da Manhã* tem um ideal nobre e alevantado: o engrandecimento da patria. Por elle se ha de bater sempre que estiverem de pé as leis garantidoras da liberdade e, cada vez que os seus inimigos procurarem aniquilal-o, mais forte elle surgirá mostrando o quanto é grande o poder da rectidão e da verdade (CORREIO DA MANHÃ, 15/12/1904).

Em síntese, apesar de existirem diversas explicações para a Revolta da Vacina o que foi mais visto até aqui foram explicações principalmente ligadas a violação de liberdade e de direitos associadas a violência de uma lei que tornava obrigatória a vacinação de todo brasileiro contra a varíola. A imprensa que acompanhou todo o processo, com suas críticas a política autoritária de Rodrigues Alves foi alvo de censura, proibida de publicar durante um determinado período de tempo. Em relação aos envolvidos diretamente com a revolta, mais precisamente os civis, estes foram vítimas de uma violência desmedida por parte dos militares, uma vez que, qualquer indivíduo mesmo sem estar associado a revolta, poderia sofrer as consequências, pois havia um propósito em retirar do meio social qualquer pessoa potencialmente turbulenta, na realidade, esta seria apenas uma justificativa banal para eliminar pessoas de classes baixas de uma capital que estava passando por um processo de “aburguesamento”.

## Considerações Finais

Dado a tudo que foi exposto e discutido até aqui, verifica-se que os anos iniciais da República, durante o governo do presidente Rodrigues Alves, foram complexos em razão das reformas urbanísticas, de modernização e de saneamento acompanhadas de uma política de saúde pública destinada a dar fim nas epidemias que assolavam o estado. A partir desses pontos foi evidenciado alguns aspectos em relação ao governo e a população.

O primeiro exemplo disso foram as políticas de modernização e o “*bota-abaixo*” do prefeito Passos que foram excludentes e segregadoras. Ao mesmo tempo em que aprimorava o Centro, excluía-se as populações pobres que nele moravam para as periferias, além de ser uma tentativa de banir alguns hábitos dessa população. Acontece que os discursos sobre as obras de urbanização e infraestrutura com o propósito de modernizar o Rio de Janeiro, solucionar a crise de habitação e melhorar as condições de higiene, principalmente dos mais pobres, acabou por ser projetos contraditórios e higienistas, uma vez que, essa população excluída do Centro não recebeu ajuda do governo em seus novos locais de moradia. Assim, percebe-se a exclusão, higienismo e a segregação nas ações do governo da cidade aos mais pobres.

Em segundo lugar, houve a política de vacinação obrigatória contra a varíola, de cunho totalmente autoritário, tornando-se mais outro projeto que afetava quase que exclusivamente pessoas de classes não abastadas. Coube ao Departamento de Saúde Pública, sob a responsabilidade do médico Oswaldo Cruz, resolver como seriam executadas as ações para vacinação em massa da população. As ideias para imunização não agradavam grande parte da população pela sua obrigatoriedade e métodos de inoculação, pois eram violentos, desrespeitam seus corpos, direitos, liberdades e os lares da população. A truculência que poderia existir causava grande medo e indignação não somente aos populares mas o governo de oposição e a imprensa. Além disso, não houve maiores esclarecimentos a sociedade sobre o funcionamento da vacina e suas potencialidades, tendo em vista que muitos desconheciam suas ações.

Em decorrência da aprovação da lei, de como seriam realizadas as vacinações e sua obrigatoriedade resultou no movimento popular da Revolta da Vacina, onde vimos a população sendo resistente ao governo, mesmo em um ambiente de conflito armado. Em oposição a sua obrigatoriedade foram vistos vários sujeitos, deputados, médicos e a imprensa fazendo

discursos, alguns até alarmistas, mas de extrema importância, contra a obrigatoriedade da vacina. Um dos principais motivos de queixa não giravam em torno da vacina, mas sim, em relação a sua obrigatoriedade e os métodos de inoculação.

Verifica-se na Revolta da Vacina a irritação dos sujeitos participantes dela diante a insatisfação as diversas medidas e projetos que haviam sido adotadas pelo governo. Projetos que não eram debatidos previamente com a população, que eram de cunho violento e autoritário. Estas características foram visíveis nos processos de modernização e também nas tentativas de acabar com as moléstias que abatiam a população.

Para acompanhar os processos e desfecho desses momentos, a imprensa foi primordial no testemunho dos acontecimentos. O jornal de opinião, *Correio da Manhã*, um dos principais opositores ao governo, acompanhou o desenvolvimento do projeto de lei, ainda no Congresso e na Câmara, a sua aprovação até a Revolta. O *Correio*, por sua vez, teve um papel fundamental na abordagem da violação de liberdades e de direitos, principalmente da população mais pobre da cidade. Porém, por causa de suas críticas acabou por ser censurado e impedido de publicar. Em seus textos, quase todos em sua totalidade, expostos em primeira página, o jornal chamava atenção de seus leitores para a obrigação da vacina, para isso, demonstrou casos de mortes, violação de liberdades ou invasões de residências, além de abordar os discursos de políticos contrários ou favoráveis as políticas de Osvaldo Cruz.

A semana que se deu a Revolta a população foi chamada a comparecerem as ruas para participarem de discursos e a resistirem contra a regulamentação da lei de vacinação obrigatória. Nessa semana, foi vista uma onda de protestos e embates entre civis e militares que mudaram o cenário carioca de uma forma violenta, porém, os objetivos da população foram atendidos quando o governo decretou a revogação da lei.

## FONTES

FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil). BNDIGITAL: Correio da Manhã. Rio de Janeiro, 7 out. 1904. Disponível em:

<[http://memoria.bn.br/pdf/089842/per089842\\_1904\\_01212.pdf](http://memoria.bn.br/pdf/089842/per089842_1904_01212.pdf)>. Acesso em: 18 out. 2019.

\_\_\_\_\_. Correio da Manhã. Rio de Janeiro, 3 jun. 1904. Disponível em:

<[http://memoria.bn.br/pdf/089842/per089842\\_1904\\_01086.pdf](http://memoria.bn.br/pdf/089842/per089842_1904_01086.pdf)>. Acesso em 18 out. 2019.

\_\_\_\_\_. Correio da Manhã. Rio de Janeiro, 1 out. 1904. Disponível em:

<[http://memoria.bn.br/pdf/089842/per089842\\_1904\\_01206.pdf](http://memoria.bn.br/pdf/089842/per089842_1904_01206.pdf)>. Acesso em 18 out. 2019.

\_\_\_\_\_. Correio da Manhã. Rio de Janeiro, 10 out. 1904. Disponível em:

<[http://memoria.bn.br/pdf/089842/per089842\\_1904\\_01215.pdf](http://memoria.bn.br/pdf/089842/per089842_1904_01215.pdf)>. Acesso em 18 out. 2019.

\_\_\_\_\_. Correio da Manhã. Rio de Janeiro, 11 mar. 2019. Disponível em:

<[http://memoria.bn.br/pdf/089842/per089842\\_1904\\_01002.pdf](http://memoria.bn.br/pdf/089842/per089842_1904_01002.pdf)>. Acesso em 18 out. 2019.

\_\_\_\_\_. Correio da Manhã. Rio de Janeiro, 18 nov. 1904. Disponível em:

<[http://memoria.bn.br/pdf/089842/per089842\\_1904\\_01252.pdf](http://memoria.bn.br/pdf/089842/per089842_1904_01252.pdf)>. Acesso em 18 out. 2019.

\_\_\_\_\_. Correio da Manhã. Rio de Janeiro, 15 dez. 1904. Disponível em:

<[http://memoria.bn.br/pdf/089842/per089842\\_1904\\_01253.pdf](http://memoria.bn.br/pdf/089842/per089842_1904_01253.pdf)>. Acesso em 18 out. 2019.

\_\_\_\_\_. Correio da Manhã. Rio de Janeiro, 14 nov. 1904. Disponível em:

<[http://memoria.bn.br/pdf/089842/per089842\\_1904\\_01250.pdf](http://memoria.bn.br/pdf/089842/per089842_1904_01250.pdf)>. Acesso em 18 out. 2019.

\_\_\_\_\_. Correio da Manhã. Rio de Janeiro, 26 ago. 1904. Disponível em:

<[http://memoria.bn.br/pdf/089842/per089842\\_1904\\_01170.pdf](http://memoria.bn.br/pdf/089842/per089842_1904_01170.pdf)>. Acesso em: 22 nov. 2019.

\_\_\_\_\_. Correio da Manhã. Rio de Janeiro, 13 out. 1904. Disponível em:

<[http://memoria.bn.br/pdf/089842/per089842\\_1904\\_01218.pdf](http://memoria.bn.br/pdf/089842/per089842_1904_01218.pdf)>. Acesso em: 22 nov. 2019.

\_\_\_\_\_. Correio da Manhã. Rio de Janeiro, 21 jun. 2019. Disponível em:

<[http://memoria.bn.br/pdf/089842/per089842\\_1904\\_01104.pdf](http://memoria.bn.br/pdf/089842/per089842_1904_01104.pdf)>. Acesso em: 14 out. 2019.

\_\_\_\_\_. Correio da Manhã. Rio de Janeiro, 26 out. 1904. Disponível em:

<[http://memoria.bn.br/pdf/089842/per089842\\_1904\\_01231.pdf](http://memoria.bn.br/pdf/089842/per089842_1904_01231.pdf)>. Acesso em 18 out. 2019.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BENCHIMOL, Jaime Larry. **Reforma urbana e Revolta da Vacina na cidade do Rio de Janeiro.** In FERREIRA, Jorge e DELGADO Lucilia de Almeida Neves (orgs.). O Brasil republicano: o tempo do liberalismo excludente: da proclamação da República a Revolução de 1930. 10. Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018. pp. 215-272.

BENCHIMOL, Jaime Larry. **Pereira Passos: um Haussmann tropical: A renovação urbana da cidade do Rio de Janeiro no início do século XX.** Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1992.

CARVALHO, Lia de Aquino. **A era das demolições: cidade do Rio de Janeiro, 1870-1920.** Rio de Janeiro: Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, 1995.

CARVALHO, Lia de Aquino. **Contribuição ao estudo das habitações populares: Rio de Janeiro, 1886-1906,** Rio de Janeiro, Secretaria Municipal da Cultura, 1996, p. 135.

CARVALHO, José Murilo de,. **Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi.** 3. ed. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 1987. 196 p.

CHALHOUB, Sidney. **Cidade Febril: cortiços e epidemias na Corte Imperial.** 2º ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970.** Campinas: Loyola, 1996.

HOCHMAN, Gilberto. **Vacinação, varíola e uma cultura da imunização no Brasil.** Ciência e Saúde Coletiva (Impresso), v. 16, p. 375-386, 2011.

KUSHNIR, Beatriz; HORTA, Sandra. **Avenida Central: Contrastes do tempo.** In: Rede de memória virtual brasileira. Disponível em: <<https://bndigital.bn.gov.br/dossies/rede-da-memoria-virtual-brasileira/arquitetura-e-urbanismo/avenida-central/>>. Acesso em: 18, out. 2019.

LUCA, Tânia Regina de. **Fontes impressas: história dos, nos e por meio dos periódicos**. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). Fontes Históricas. São Paulo: Contexto, 2005.

MARINGONI, G. (1996). **Humor da charge política no jornal**. Comunicação & Educação, (7), 85-91. Disponível em: <<https://doi.org/10.11606/issn.2316-9125.v0i7p85-91>>. Acesso em: 23 out 2019.

MEIHLY, J. C. S.; BERTOLLI FILHO, C. **História da saúde: opinião pública e poder. A campanha da vacina de 1904**. SP: Estudos Cedhal, 5, 1990.

MEIHLY, J. C. S.; BERTOLLI FILHO, C. **Revolta da Vacina**. São Paulo: Editora Ática S.A. 1995.

PECHMAN, Sérgio; FRITCH, Lilian. **A reforma urbana e o seu avesso: Algumas considerações a propósito de modernização do Distrito Federal na virada do século**. In Revista Brasileira de História, vol. 5, nº 8/9, 1985, pp. 139-195.

RIO DE JANEIRO. Secretaria Especial de Comunicação Social. 1904 - **Revolta da Vacina. A maior batalha do Rio. Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro**. A secretaria, 2006. Cadernos de Comunicação, Série Memória.

SEVCENKO, Nicolau. **A revolta da vacina: mentes insanas em corpos rebeldes**. São Paulo: Editora Unesp, 2018.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da imprensa no Brasil**. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1983. 501 p.

STAROBINSKI, Jean. **A invenção da liberdade: 1700-1789**. São Paulo: Editora UNESP, 1994. 245 p.

VAZ, Lilian Fessler. **Modernidade e moradia: habitação coletiva no Rio de Janeiro, século XIX e XX**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2002. 180 p.